

APAGÃO DE DADOS DA COVID-19 E O JORNALISMO BRASILEIRO: estratégias de sobrevivência e o direito à comunicação, informação e saúde ¹

COVID-19 DATA BLACKOUT AND BRAZILIAN JOURNALISM: strategies of survival and the rights to communication, information and health

André Gonçalves da Silva Bezerra ²
Pâmela Araujo Pinto ³

Resumo: Entre 2020 e 2021 a indisponibilidade de dados epidemiológicos sobre o avanço da Covid-19 à sociedade brasileira, por parte do governo federal, foi acompanhada por uma gestão precária da pandemia. Este trabalho tem como objetivo oferecer um panorama das estratégias adotadas no âmbito do jornalismo de dados brasileiro, no contexto do “apagão de dados” epidemiológicos sobre a crise sanitária. Indaga-se nesta investigação quais as estratégias para mediar informações de monitoramento da epidemia a partir da negligência de dados oficiais. Destacam-se as relações estabelecidas entre dois grupos mediadores: consórcio de veículos de imprensa e publicadores independentes de dados em saúde. A revisão de literatura acerca da temática e a análise documental formam o percurso metodológico para apresentar esse cenário e os atores da produção de informações sobre a pandemia. Analisaram-se quatro painéis de Covid-19 e verificou-se que a colaboração entre o Sistema Único de Saúde e a sociedade civil viabilizou o acesso a fontes de informação pela sociedade e imprensa.

Palavras-Chave: Jornalismo de Dados, Comunicação e Saúde, Direito à Informação, Covid-19.

Abstract: Between 2020 and 2021, the unavailability of epidemiological data about the progress of Covid-19 to Brazilian society by the federal government was accompanied by precarious management of the pandemic. This paper aims to offer an overview of the strategies adopted in the field of Brazilian data

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Políticas e Governança da Comunicação da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). E-mail: andre.bezerra@icict.fiocruz.br

³ Docente do PPGICS/Icict/Fiocruz. E-mail: pinpamela@gmail.com

journalism in the context of the epidemiological “data blackout” on the health crisis. In this investigation, we ask what strategies have been used to mediate epidemic monitoring information from the neglect of official data. We highlight the relations established between two mediating groups: consortium of press vehicles and independent health data publishers. The literature review on the theme and the document analysis form the methodological path to present this scenario and the actors in the production of information about the pandemic. Four Covid-19 panels were analyzed, and it was found that the collaboration between the Brazilian Health System and civil society enabled the access to information sources by the society and the press.

Keywords: Data Journalism. Health Communication. Information Rights. Covid-19.

1. Introdução

Até a primeira semana de março de 2023, o Brasil registrou oficialmente o número de 37.085.520 casos acumulados de Covid-19, sendo 699.310 óbitos. Neste mesmo mês, completaram-se três anos da confirmação do primeiro caso da doença no território nacional, marco inicial da emergência sanitária, no país, poucos dias após a declaração de pandemia, por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Definida na saúde coletiva como uma crise multidimensional (MACHADO; FREITAS, 2022), a situação da pandemia no Brasil foi agravada pelo contexto político e social que o país atravessou no período, marcado por enormes descontinuidades e esvaziamentos nas políticas públicas setoriais, especialmente relacionadas à informação e à comunicação e saúde. Alguns autores apontam que, mesmo tendo um dos maiores sistemas públicos de saúde e tendo oferecido boas respostas no enfrentamento de outras epidemias como HIV/Aids, Hepatite C e Influenza H1N1, diante da Covid-19 o Brasil tomou decisões equivocadas e na contramão de orientações de organismos internacionais, como a OMS (FONSECA *et al.*, 2021).

Postas como um desafio tanto para a ciência quanto para a sociedade, a informação e a comunicação em saúde foram elementos centrais nos diferentes aspectos relacionados a essa situação de saúde, passando pela política à vigilância sanitária e promoção da saúde. Além da relação direta do acesso à informação e da transparência com um direito relacionado à própria cidadania e defesa da vida

(STEVANIM; MURTINHO, 2021), a divulgação científica e comunicação pública da saúde no contexto da emergência sanitária estiveram no centro do debate público.

São muitos os exemplos de epidemias que ganham centralidade na agenda midiática. Ocorreu em outras crises sanitárias virais, como o aumento da dengue, no Rio de Janeiro e sua representação televisiva, em 2008 (VAZ; CARDOSO, 2014); a Zika, em 2015, que alertou sobre a microcefalia em crianças em diversos estados brasileiros, especialmente no Nordeste do Brasil (AGUIAR; ARAUJO, 2016); Influenza A, a gripe provocada pelo vírus H1N1, também amplamente estudada no telejornalismo, em 2009 (MEDEIROS; MASSARANI, 2014), dentre tantas outras.

Um dos traços comuns da cobertura jornalística de pandemias é veicular, mesmo que a seu modo e com implicações diversas, a informação epidemiológica produzida, em geral, por agentes públicos e pelo próprio SUS. Nesse sentido, entende-se que os dados epidemiológicos e seus respectivos sistemas de informação em saúde se tornam elementos-chave em mediações comunicativas da saúde e da divulgação científica em contextos de crise sanitária.

No caso da Covid-19, não foi diferente, inicialmente, ao ganhar destaque na cobertura da imprensa de forma exponencial, para em seguida viver um ciclo de presença midiática que envolveu explosões e lacunas, parecendo acompanhar, de certa forma, os ciclos da epidemia.

O primeiro deles foi a caracterização da infecção e seus agravos, um período em que o pouco conhecimento científico disponível abre espaço para uma disputa informacional que concorreu com toda a sorte de boatos, notícias falsas e outros elementos estruturais de uma rede de desinformação com características próprias (RECUERO *et al.*, 2021).

Um segundo ciclo se dá quando os veículos passam a acompanhar de perto a evolução epidemiológica da Covid-19, com a busca por atualização diária no número de casos novos e óbitos, a partir de fontes diversas desde a OMS, institutos de pesquisa internacionais como a Universidade Johns Hopkins aos dados nacionais por meio do Ministério da Saúde (MS) e das Secretarias Estaduais de Saúde.

No caso brasileiro, uma série de instabilidades, como veremos a seguir, provocadas por disputas e negligências do Governo Federal na gestão da pandemia,

entre 2020 e 2022, produziram uma interrupção do processo de transparência das estatísticas e indicadores de saúde, o que produziu impactos diretos na saúde da população e no saldo de vidas perdidas para a Covid-19.

Após um ano de pandemia, o país já representava um terço das mortes no mundo (BBC Brasil, 2021) e, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a gestão da crise sanitária, o epidemiologista Pedro Hallal Curi calculou que a carga de óbitos de Covid-19 da população brasileira em termos mundiais (13%) estava muito acima da sua proporção populacional (2,7% da população mundial) (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Descreveremos, a seguir, como os dados do SUS, a partir das esferas municipais e estaduais, e, de forma colaborativa com a sociedade civil, ofereceram respostas e produziram articulações que possibilitaram o acesso ao retrato epidemiológico da pandemia em escala diária.

A informação no campo da saúde não é um fato novo, como vemos em Leandro (2020). Seus registros datam desde era moderna, mas, com a criação do SUS, foram aperfeiçoadas e estabelecidas muitas das políticas e sistemas de informação em saúde que conhecemos contemporaneamente. A partir deles é possível estabelecer sistemas de acompanhamento epidemiológico, que também são elementos importantes da vigilância e promoção da saúde. (CZERESNIA, FREITAS, 2009).

No processo de mediação dos dados da pandemia, painéis independentes de diferentes naturezas emergiram, colaborando para a democratização da informação em saúde, por meio da disponibilização dos dados e do envolvimento de forma mais direta novos atores como a imprensa, em um processo com dinâmicas singulares e específicas.

2. Notas metodológicas

Este estudo visa, portanto, descrever e discutir as estratégias de mobilização em torno da organização e publicação de dados epidemiológicos da Covid-19 como elemento não apenas jornalístico, mas também associado à transparência e o efetivo direito do acesso à informação, estabelecido por marcos legais do estado brasileiro e assumido como pauta por parte da sociedade civil.

Neste estudo, realizamos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica em artigos e capítulos de livros com algum registro dos elementos relacionados aos chamados apagões de dados institucionais no contexto da pandemia. No Google Scholar, até a redação deste artigo, um total de 136 citam o termo ‘apagão de dados’, mesmo que não tenha sido matéria do tema de pesquisa principal do registro encontrado, o que mostra alguma dimensão do impacto social da problemática de dados no campo científico brasileiro.

Apesar dessa busca panorâmica, elegemos capítulos específicos de dois livros que se debruçaram mais detalhadamente sobre o tema. Não se trata aqui de uma revisão sistemática de literatura, cujos moldes metodológicos exigiriam um esforço mais estruturado de análise. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem exploratória e qualitativa, de forma panorâmica e abrangente. Sobre esta abordagem metodológica:

De acordo com Antônio Carlos Gil (2021a, p. 28), a pesquisa bibliográfica é aquela “[...] elaborada com base em material já publicado”, não apenas os escritos – como livros, revistas, artigos, teses, dissertações, anais de eventos científicos–, como também os demais tipos de fontes: filmes, músicas, vídeos e outros materiais digitais. (TELLES; ASSUMPÇÃO, 2022, p.145).

Em seguida, parte-se para uma exploração documental sobre algumas das iniciativas de informação em comunicação em saúde no âmbito da Covid-19. A abordagem bibliográfica associada à análise documental, no nosso caso, os sites de quatro painéis epidemiológicos e algumas matérias de sites jornalísticos, compõe, portanto, uma estratégia plurimetodológica (TELLES; ASSUMPÇÃO, 2022).

O conteúdo desse recorte consiste na leitura exploratória de um conjunto de textos e artigos publicados por diferentes atores e veículos online, de função institucional ou jornalística, cujos registros nos ajudam a remontar a trajetória e a relação entre publicadores de dados de painéis epidemiológicos e veículos de imprensa.

Será realizada, então, uma síntese descritiva das ações mapeadas no estudo exploratório. Essa sistematização e descrição do conjunto de sites selecionados para essa análise estará associada a documentos complementares como artigos, entrevistas, releases e outros que possam somar-se à caracterização dos objetos de estudo.

Por fim, realizar-se à discussão acerca destes resultados à luz de conceitos do direito à comunicação e saúde e acesso à informação (STEVANIM; MURTINHO, 2021), vigilância e promoção da saúde (CZERESNIA; FREITAS, 2009), comunicação de risco (GLIK, 2007) e jornalismo de dados (RIBEIRO *et al.*, 2018).

3. Resultados

Pesquisas realizadas em diferentes âmbitos, desde a saúde coletiva até à comunicação e informação, reiteram que entre 2020 e 2021 houve problemas de indisponibilidade de dados epidemiológicos sobre o avanço da pandemia de Covid-19. Algumas apontam para negligências voluntárias e involuntárias na publicização da realidade sanitária por parte do MS, principal autoridade sanitária do país. Antes de abordar os chamados apagões de dados, com algumas definições, marcos e problemas, é importante circundar o contexto o político geral e específico, no caso da pasta da saúde, relativo ao período.

Ao ser noticiada, a partir do final de 2019, a ocorrência do novo coronavírus na China e, depois de poucos meses, por todos os continentes do globo, iniciou-se um ciclo de grandes incertezas por parte do público. No Brasil, especialmente a partir do mês de março de 2020, quando foi oficialmente reconhecida a transmissão comunitária, o poder público em diferentes esferas se viu diante da cobrança de medidas de prevenção por parte da sociedade. Isso foi motivo de discordâncias e

tensões entre os poderes, principalmente acerca do isolamento social, que trouxe mais impacto à vida cotidiana das pessoas.

No campo da saúde coletiva, a abordagem da Covid-19 foi atípica diante da série histórica de respostas do SUS, um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, diante de epidemias. Ao contrário das ações e serviços que se tornaram referência no enfrentamento ao HIV/Aids, Hepatite C e Influenza H1N1, diante da Covid-19 o Brasil tomou decisões equivocadas e na contramão de orientações de organismos internacionais, especialmente da OMS (FONSECA *et al.*, 2021).

No âmbito interno, houve competição e duelo de responsabilizações entre o Governo Federal e os governos dos estados, à exceção de quatro dentre 27 Unidades da Federação. Em sua maioria, os governos estaduais seguiram recomendações da OMS como o isolamento social nos primeiros três meses da emergência global de saúde e tiveram uma resposta mais proativa em ações de saúde pública e programas sociais de proteção à população em meio à pandemia (FONSECA *et al.*, 2021; ABRUCIO *et al.*, 2020).

Em todos os momentos da condução do processo, que incluiu a nomeação de quatro ministros da saúde⁴, motivadas pela centralização excessiva na figura do Presidente da República. Parecia haver cálculos políticos-eleitorais por trás da tomada de decisões, o que ficou mais nítido quando a redução do gasto social defendida nos primeiros meses se converte, posteriormente, na tentativa do presidente de ser reconhecido como responsável pela criação de uma renda mínima emergencial para a população e na busca por se beneficiar politicamente após a aprovação pelo Congresso Nacional desse mecanismo de auxílio financeiro (FONSECA *et al.*, 2021).

Essas disputas se cristalizaram também no campo da informação, especialmente em relação à transparência sobre o quadro epidemiológico da Covid-19 no país. Para Greer *et al.* (2021), regimes autoritários, em geral, conduzem a diferentes problemas relacionados à informação no campo da saúde. Em países

⁴ Os quatro ministros da saúde nomeados por Jair Bolsonaro foram: Luiz Henrique Mandetta (02/1/2019 a 16/4/2020), Nelson Teich (17/4/2020), Eduardo Pazuello (16/09/2020 a 23/3/2021) e Marcelo Queiroga (23/3/2021 a 31/12/2022). Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde - Galeria dos Ministros - BVS-MS). Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/galeria-dos-ministros/>. Acesso: 07/04/2023.

analisados pelos autores, como China e Rússia, há evidências de barreiras informacionais se correlacionam a indicadores como o de excesso de mortalidade nos primeiros meses da pandemia, momento em que a situação de testagem e programas para diagnóstico ainda estavam se estabelecendo. Pesquisadores costumam recorrer a tal indicador na indisponibilidade de estatísticas de óbitos e casos confirmados de Covid-19.

No Brasil, apesar de sua conformação como Estado Democrático de Direito, em alguns casos, a maneira em que o Estado lidou com a organização da informação epidemiológica da Covid-19 se aproximou dos regimes mais autoritários. Para Fonseca *et al.* (2021), um dos momentos mais críticos ocorreu no mandato do terceiro ministro da saúde do governo Bolsonaro, a partir de setembro de 2020.

Pazuello later took the controversial decision to reformulate the disclosure of epidemiological data, announcing only information about death and confirmed cases in the previous twenty-four hours rather than accumulated deaths and infections (Machado & Fernandes, 2020). As a response, a consortium between Health State Secretariats and a pool of media organizations established an online e-panel that was updated every day to monitor and compare the official data provided by the MoH (“Brasil Tem Média de 1.069 Mortes por Dia na Última Semana” [“Brazil Has an Average of 1,069 Deaths per Day in the Last Week”], 2020). Pazuello’s decision was subsequently repealed by the Supreme Court (Xavier, 2020). (FONSECA *et al.*, 2021, p. 497)⁵

Originalmente utilizado coloquialmente pela imprensa brasileira em situações de crise energética, o termo apagão é comum no jargão jornalístico, e acabou sendo utilizado também pela sociedade civil no campo da transparência e do acesso à informação. Além da saúde, autores afirmam que os problemas de transparência do Governo Federal entre 2019 e 2022 atravessaram diferentes pastas da administração pública e se tornaram um desafio à própria estabilidade democrática (TORMIN *et al.*, 2020).

⁵ Tradução livre do autor: “Pazuello depois tomou a controversa decisão de reformular a divulgação dos dados epidemiológicos, anunciando apenas a informação sobre óbitos e casos confirmados nas 24 horas anteriores em vez do número acumulado de casos e óbitos (Machado, Fernandes, 2020). Como resposta, um consórcio entre Secretarias Estaduais de Saúde e um conjunto de organizações de mídia estabeleceu um painel online atualizado diariamente para monitorar e comparar dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde. A decisão de Pazuello foi posteriormente condenada pelo Supremo Tribunal Federal (Xavier, 2020).” (FONSECA *et al.*, 2021)

Dessa forma, a saúde coletiva, tanto na pesquisa científica como em movimentos da Sociedade Civil, como a Associação Nacional de Saúde Coletiva (Abrasco) também se atentaram à questão dos apagões, mantendo esse nome em trabalhos como o *Dossiê Abrasco: Pandemia de Covid-19* (2022), com um aprofundado balanço avaliativo das políticas públicas e problemas relacionados à pandemia.

Além das mudanças nos horários e do complicado relacionamento com a imprensa em coletivas, outros dois acontecimentos provocaram problemas de informação em saúde. Quando o painel do Ministério da Saúde *Covid-19 BR* finalmente ganhou estabilidade, ele passou a destacar o dado de casos curados de Covid-19, numa tentativa de melhorar a imagem do governo por meio do que seria a atuação dos serviços de saúde, que sim, salvara muitas vidas, mas, no painel, a informação estava presente de forma a gerar um ruído na informação epidemiológica.

Deisy Ventura *et al.* (2022), na linha do tempo que se tornou principal arcabouço para a responsabilização do Governo Bolsonaro em relação às falhas na condução da pandemia durante a CPI, destaca dois momentos chave entre os dias 3 e 5 de junho de 2020, quando “o site do MS com dados sobre Covid-19 sai do ar e retorna no dia seguinte apenas com informações das últimas 24h” (VENTURA; REIS, 2021).

Posteriormente, entre o final de 2021 e início de 2022, um dos picos de casos provocados pela subvariante ômicron (MonitoraCovid-19 – Ict/Fiocruz, 2022.), ocorreu um ataque *hacker* que deixou o site e o aplicativo ConecteSUS, além de outros sistemas de informação fora do ar. Nesse caso, o apagão foi literal e foi largamente reportado pela imprensa e citado também em trabalhos científicos como a nota técnica 24 do MonitoraCovid-19, sistema de acompanhamento da pandemia produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O episódio ocorreu um ano após a aprovação do primeiro imunizante contra a Covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e próximo à aprovação da primeira versão do imunizante específica para a vacinação infantil. Devido ao ataque *hacker*, tanto os casos diários de Covid-19, óbitos, o

acompanhamento do processo de vacinação e o ConecteSUS, que contém o certificado individual de vacinação, ficaram indisponíveis aos cidadãos.

3.1. Painéis epidemiológicos e consórcio de veículos de imprensa

Duas frentes de comunicação e informação orientadas por dados (*data driven*) foram observadas no Brasil como um processo de respostas da sociedade em relação aos problemas da informação pública em saúde no âmbito do Governo Federal. Uma delas foi bastante midiaticizada, conhecida como o Consórcio de Veículos de Imprensa, que reuniu os principais jornais e portais jornalísticos em atividade no país em torno de uma divulgação coordenada de dados relacionados à pandemia.

O segundo, menos midiático, mas de extrema importância para organização, disponibilização e difusão de dados da Covid-19, inclusive por parte da imprensa, foi realizada por uma comunidade de profissionais, estudantes, voluntários e colaboradores de iniciativas de publicação de dados independentes do Ministério da Saúde. Tais esforços resultaram em painéis de monitoramento, dentre os quais este trabalho destaca: o Painel CONASS Covid-19, Brasil.IO, MonitoraCovid-19, e o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas.

Assim como ocorreu em outros países, no Brasil, a imprensa passou a acompanhar cobertura diária da evolução epidemiológica. Em 8 de junho 2020, foi divulgado o Consórcio de Veículos de Imprensa, composto pelas seguintes organizações jornalísticas: O Estado de S. Paulo, G1, O Globo, Extra, Folha de S. Paulo e UOL, que realizaram um esforço conjunto no tratamento e disponibilização de dados para o público após os apagões de dados (BARBOSA, TASSIS, 2021; PORTAL G1, 2020).

Durante mais de dois anos de atividades, encerradas em 28 de janeiro de 2023, os seis veículos de comunicação se dividiram entre a verificação e recebimento nas diferentes regiões, e, segundo o LatAm Journalism Review, cada redação consolidava dados de cinco a seis estados, publicando de forma padronizada com o Conselho Nacional de Secretarias de Estado de Saúde (CONASS), que também passou a ter seu próprio painel (LJR, 2023).

A periodicidade, horários e categorias de informação compartilhadas entre os informantes e o consórcio foram sendo ajustadas e melhoradas ao longo do processo, que contou com até 113 profissionais durante todo o período de funcionamento. As informações eram alimentadas em uma planilha compartilhada *online* e ao fim do dia, um boletim unificado era enviado para todas as redações (LJR, 2023).

De maneira geral, o trabalho foi encarado pelas redações como um movimento não só de garantia de alguma informação, mas serviu também como uma forma de posicionamento ante as tentativas do MS de omitir ou enviesar os dados de monitoramento da epidemia, o que chegou a ser, inclusive matéria de determinações do Supremo Tribunal Federal para o reestabelecimento do painel original.

Os painéis de monitoramento foram, de certa forma, um dos principais veículos de mediação de informação epidemiológica da Covid-19. Além do Consórcio de Veículos de Imprensa e do CONASS, outros painéis serviram de fontes de informação para o processo de comunicação sobre casos diários, óbitos, acumulados e também os números da vacinação, dentre outros dados. Tais iniciativas, refletem parte da estrutura do próprio SUS, a partir das relações entre as esferas municipais e estaduais. Também houve outras iniciativas colaborativas regionais, como o Comitê Científico do Consórcio Nordeste⁶, que promoveu diversas ações no enfrentamento da pandemia. Nos campos da informação, produziram um boletim periódico e montaram um sistema de acompanhamento chamado Monitora Covid-19⁷.

Além disso, instituições de ensino e pesquisa produziram painéis informativos, inclusive com outros enfoques analíticos e preditivos sobre a pandemia, em muitos casos, sendo produzidos por universidades públicas, a exemplo do principal painel global, o da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos. No Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) calculou a taxa de infecção e manteve um painel atualizado em tempo real, sob o apelido de Covidímetro⁸ e a PUC-Rio

⁶ Anteriormente divulgado em <http://www.comitecientifico-ne.com.br/> (Fora do ar, em 08/04/2023). A memória dos boletins do comitê está disponível em <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/compras-conjuntas-combate-a-pandemia/>, acesso em 08/04/2023.

⁷ Disponível nas lojas de aplicativos de celular. Nota: o nome do sistema é o mesmo do Painel MonitoraCovid-19, do Icict/Fiocruz, que, para fins de desambiguação, grafa-se sem espaços.

⁸ Atualmente fora do ar: <https://nuvem.ufrj.br/s/NFDQ2aCwd5f8nMw> (Em, 08/04/2023).

coordenou o Painel Covid-19 Analytics⁹, com outras visualizações e métricas a partir de métodos de Ciência de Dados.

No Brasil, uma das referências mais utilizadas tanto por jornalistas quanto por parte de pesquisadores de saúde se tornou o painel do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, nomeado Painel CONASS Covid-19¹⁰, sendo um dos mais utilizados nos momentos de instabilidade do processo de organização, publicação e divulgação do painel do Ministério da Saúde relatado acima.

Este painel, que conta com o intermédio das esferas do governo executivo estadual, que além de deterem informação relativa aos serviços de saúde em sua origem também pactuam dentro da estrutura do SUS a atualização de seus sistemas. No caso da Covid-19, sua notificação obrigatória se dá por meio do Sistema de Vigilância Epidemiológica SIVEP-Gripe, estruturado a partir da experiência anterior do SUS no enfrentamento da epidemia de Influenza A, durante a década anterior.

O Painel CONASS Covid-19 se destaca por manter as características técnicas de painéis epidemiológicos vigentes no país, bem como internacionalmente, com atualizações diárias e metodologia confiável de inserção e tratamento da informação. Em 2023, o sistema ainda tem atualizações semanais e permite visualizações comparativas entre os três anos da pandemia, dentre outras funcionalidades úteis para tomada de decisão pela gestão pública da saúde.

Ao associar as atualizações diárias realizadas pelas secretarias estaduais com algumas outras fontes de informação, também surgiu em 2020 o painel MonitoraCovid-19¹¹, coordenado pelo Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). A plataforma ainda está no ar, mas encerrou suas atualizações em janeiro de 2023.

Segundo a equipe do MonitoraCovid-19:

“o projeto apoia-se atualmente em mais de dez fontes de dados diferentes, que contemplam desde o número de casos e óbitos de Covid-19 até variáveis ligadas direta ou indiretamente à doença, como por exemplo mobilidade urbana, população em risco e medidas legislativas” (SALDANHA *et al.*, 2022, p.234)

⁹ Disponível em <https://covid19analytics.com.br/>, acesso em 08/04/2023.

¹⁰ Disponível em <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>, acesso em 08/04/2023.

¹¹ Disponível em <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>, acesso em 08/04/2023.

O painel utilizou fontes nacionais e internacionais e, quando se acirrou o problema de indisponibilidade de dados em 2020, passou a contar com a colaboração da sociedade civil por meio da iniciativa Brasil.IO¹², que também produziu um sistema de recompilação e visualização de dados epidemiológicos da Covid-19 e um boletim diário, até março de 2022.

“Em 3 de junho de 2020, data em que o painel Coronavírus Brasil mantido pelo MS foi parcialmente descontinuado, ocorreu o chamado “apagão de dados”. Nessa data, regredimos quatro meses em termos de transparência de dados oficiais e passamos a depender diretamente de projetos e iniciativas privadas para manter MonitoraCovid-19 com dados atualizados. Passamos, então, a utilizar diariamente os dados disponibilizados pelo projeto Brasil.IO. Nos dias seguintes ao apagão, chegamos em um único dia (7 de junho de 2020) a até 11.565 usuários que procuravam dados atualizados e confiáveis sobre Covid-19 no Brasil.” (SALDANHA *et al.*, 2022, p.236) O projeto Brasil.IO é uma iniciativa de código aberto liderada pelo cidadão Álvaro Justen, reconhecido desenvolvedor nas comunidades de software livre e jornalismo de dados brasileiros. Contando com o trabalho voluntário de dezenas de pessoas, o projeto diariamente acessa os painéis, planilhas, postagens em redes sociais e outras mídias disponibilizadas pelas secretarias estaduais de Saúde para reunir os dados de casos e óbitos de Covid-19 no Brasil, para UFs e municípios (SALDANHA *et al.*, 2022, p.236).

Para termos uma ideia sobre a importância da publicação independente de dados em contextos locais específicas selecionamos outra iniciativa que merece destaque: o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas¹³. Ele agregou informação em âmbito local, disponibilizando uma gama de indicadores e mapas com características territoriais mais específicas e que, por vezes, acabam ficando invisibilizadas em estatísticas oficiais.

A criação do Painel Unificador Covid-19 das Favelas teve como impulso a carência de dados, especificamente nas favelas, e a consequente dificuldade no combate à pandemia dentro desses territórios. Utilizando a vigilância cidadã como um poderoso instrumento de transformação social, o Painel Unificador Covid-19 das Favelas, disponível para acesso gratuito desde 7 de julho, tem se construído com base nos dados obtidos por meio do trabalho conjunto de relatores, coletivos e organizações locais. (GRACIE *et al.*, 2020)

¹² Disponível em <https://brasil.io/covid19/>, acesso em 08/04/2023.

¹³ Disponível em <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>, acesso em 08/04/2023.

4. Discussão

Considerando os sistemas de informação em saúde como elementos essenciais para a vigilância e promoção da Saúde (CZERESNIA, FREITAS, 2009), podemos entendê-los também como fontes importantes dentro do ponto de vista da comunicação de risco, que envolve práticas e estratégias de mobilização em momentos de crise ou resposta a emergências por entes públicos e indivíduos (GLIK, 2007). Nas crises, as populações precisam ser informadas, ter acesso à busca ativa de informações, para a partir do conjunto de conhecimento disponível tomar decisões sobre a proteção de grupos.

Nesse sentido, os painéis epidemiológicos analisados contribuíram durante a pandemia para a construção discursiva e narrativa que caracterizou e descreveu os desenvolvimentos da crise sanitária causada pela doença, até então desconhecida pela humanidade, o que a notabilizou nas coberturas diárias das editorias de jornalismo científico e de saúde.

Na ocorrência dos apagões de dados, publicadores e comunicadores passam a exercer então uma importante mediação, estabelecendo com ares de exclusividade a divulgação científica a partir dessas bases de dados. No caso do jornalismo, o Consórcio de Veículos de Imprensa obteve, portanto, notoriedade na comunicação desses dados, uma vez que naqueles momentos a mediação do conhecimento em ciência e saúde foram diferenciais como elementos de comunicação e saúde.

Para além das epidemias ou desastres, a saúde tem relação direta com o direito à comunicação e à informação, indissociáveis para o efetivo direito à saúde e o exercício da cidadania. Para isso, são imprescindíveis o acesso à informação e o direito à livre circulação de ideias, prerrogativas que decorrem desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos e estão cristalizadas na Constituição Federal brasileira e nas bases do SUS.

“Não há saúde sem condições democráticas para a participação nas decisões que influenciam toda a coletividade, bem como não é possível garantir bem-estar físico, mental e social sem o exercício do direito a voz e a ser ouvido quanto a seus anseios, demandas e opiniões.” (STEVANIM; MURTINHO, 2021, p.20).

A discussão de dados abertos no setor público brasileiro, apesar de muitos avanços recentes fruto de mobilização persistente de parte da sociedade brasileira organizada, mostra-se, contudo, ainda muito suscetível à natureza e personalidade de diversos programas ideológicos que disputam o poder estatal. Nesse sentido, tanto o Consórcio de Veículos de Imprensa quanto os publicadores de dados analisados foram atores importantes na defesa da saúde e do SUS, o qual, devido à sua conformação federativa possibilitou que profissionais, pesquisadores, militantes e demais atores evitassem uma situação ainda pior em termos de transparência, publicidade e divulgação da situação da pandemia no território e contexto brasileiro.

Tal processo envolveu uma diversidade de atores, desde a sociedade civil, o poder público em esferas municipais e estaduais. Atores como a organização social e política representada pelo CONASS e seu papel no processo de Planejamento Regional Integrado e a organização de macrorregiões de saúde (CONASS, 2017), o que se mostrou importante para a proteção do SUS no cenário de esvaziamento do governo Bolsonaro e contribuiu para que o conselho conseguisse coordenar um painel de referência informacional para a Covid-19.

As atualizações diárias do *dataset* da iniciativa Brasil.IO, que contou com a participação de pesquisadores voluntários na reunião e compartilhamento dos dados municipais, foram durante os apagões de dados a principal base para plataformas públicas, inclusive o MonitoraCovid-19, do Observatório Covid-19 da Fiocruz, sob os auspícios colaborativos e interdisciplinares que costumam caracterizar as comunidades de dados na sociedade civil e invertendo o fluxo tradicional de colaboração entre atores dessa natureza.

A colaboração como processo de trabalho também foi observada entre publicadores independentes de informação em saúde no Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, que coletou e difundiu indicadores e realizou sua divulgação em plataformas de jornalismo comunitário como o Voz das Comunidades. Nesse sentido, mostrou-se que é possível pensar os dados levando-se em consideração as diversidades da sociedade brasileira, incluindo-se suas diferenças sociais, regionais, econômicas e geográficas.

A colaboração e compartilhamento aparece também de forma aguerrida em episódios limítrofes, como o ataque *hacker* contra os Sistemas de Informação do MS, em novembro de 2021. Nesse momento, o pesquisador em saúde Raphael Saldanha, da equipe de sistematizou o MonitoraCovid-19 chegou a disponibilizar *backups* das últimas atualizações dos sistemas derrubados em sua própria rede social, como forma de apoiar pesquisadores e jornalistas que precisassem das informações¹⁴.

Por fim, o processo de pluralidade na informação da Covid-19 tem sinalizado o impulsionamento, de certa forma, do jornalismo de dados enquanto um processo para ampliar as possibilidades de trabalho do jornalismo realizado nas editorias de saúde. Esse tema está sendo discutido em maior profundidade na pesquisa de mestrado *Jornalismo de Dados na pandemia de Covid-19: experiência brasileira para além dos painéis epidemiológicos*, atualmente em curso. Como parte desse estudo, realizou-se recentemente uma revisão sistemática, em que observamos que:

“a diversificação de fontes oficiais, aliada à informação científica disponibilizada por institutos de pesquisa e painéis independentes, amplia a qualidade da oferta jornalística de dados. Sua organização e a utilização de diferentes recursos de visualização também somam ao rol de subsídios para uma comunicação pública de risco no contexto da emergência sanitária.” (BEZERRA; PINTO, 2022, p.159)

No estudo orientador desse artigo, tem-se observado que apesar de haver distinções entre o que é de fato jornalismo de dados e o jornalismo científico baseado em indicadores epidemiológicos e estatísticos, no campo da saúde, a abordagem *data-driven*¹⁵ ganhou relevância na produção de notícias sobre a pandemia de Covid-19. O que já despontou na última década como uma inovação dentro das práticas jornalísticas ampliou seu diálogo, portanto, com o aspecto interdisciplinar da comunicação e da informação em saúde. Também foi, como no caso do Consórcio de Veículos de Imprensa, um dos elementos reforçados pelas próprias empresas jornalísticas na própria defesa da atividade e de sua relevância junto ao interesse público.

¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/rfsaldanhario/status/1470190562661777409>, acesso em 08/04/2023.

¹⁵ Defende da centralidade de informações estruturadas associando a coleta de informações à escrita das reportagens, segundo Holovaty (2006). (In. RIBEIRO *et al.*, 2018).

5. Conclusão

O presente artigo, em sua busca por descrever e recontar, a partir de pesquisa bibliográfica, essas articulações e mediações como estratégias de sobrevivência encontrou nas comunidades de dados atores comprometidos com o efetivo direito constitucional à saúde.

Certamente, houve ainda muitos outros atores, instituições, pesquisadores, profissionais, estudantes e militantes, dentre outros, que atuaram na linha de frente da informação e da comunicação em saúde, sendo, contudo, impossível de mapear todos no âmbito de um artigo, gerando lacunas que apontam para a relevância de mais estudos nessa linha temática, contemplando recortes regionais, sociais, institucionais, dentre outros.

Diante da análise acima exposta, acredita-se, contudo, que foi suficiente para considerar válida a hipótese de que essa comunicação a partir das bases de dados e indicadores mencionados acima desempenhou um papel importante pela democratização do conhecimento e divulgação dos achados científicos relevantes para a saúde e bem-estar durante um período de emergência sanitária.

Referências

ABRASCO. **Dossiê Abrasco - Pandemia de Covid-19**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Novembro, 2022, 315 p. Disponível em: <https://materiais.abrasco.org.br/publicacoes-abrascao/>

ABRUCIO, F. L. *et al.* Combate à Covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, 54(4), 663–677. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>

AGÊNCIA SENADO. **Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil**. Fonte: Agência Senado, Brasília-DF. Junho, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>

AGUIAR, R.; ARAÚJO, I. S. **A mídia em meio às ‘emergências’ do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde**. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2016.

BARBOSA, J.; TASSIS, N. **Da desinformação à crise no jornalismo: formação do consórcio de veículos de imprensa como estratégia para resgatar a credibilidade jornalística no Brasil**. In:

Plataformas, consumo mediático y nuevas realidades digitales: hacia una perspectiva integradora. José Maria Valero Pastor (Org.). Madrid: Dickinson S.L., 2021. 1.373p.

BBC News Brasil. **Um terço das mortes no mundo: 3 gráficos fundamentais para entender a pandemia no Brasil.** Londres: Abril, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56607007>

BEZERRA, A.; PINTO, P. A. **O uso do jornalismo de dados na pandemia da Covid-19: uma revisão sistemática entre 2020 e 2021.** In: *E-health na prática* [E-book]. / Organizadores: Oksana Tymoshchuk, Pâmela Pinto, Suely Maciel. Aveiro: Ria Editorial, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A gestão da saúde nos estados: avaliação e fortalecimento das funções essenciais.** Distrito Federal / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. 262 p. Disponível em: https://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2007/livro_fesp_final.pdf

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FONSECA, E. M.; NATTRASS, N.; ARANTES, L. B.; BASTOS, F. I. **COVID-19 in Brazil: Presidential denialism and the subnational government's response.** In: Scott L. Greer; Elizabeth J. King; André Peralta-Santos; Elize Massard. (Org.). *Coronavirus Politics: The Comparative Politics and Policy of COVID-19.* 1ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2021, v. 1, p. 494-510.

G1. **Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19.** (Por G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL). Junho, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>

GLIK, D. C. **Risk Communication for Public Health Emergencies.** Annu. Rev. Public Health 2007. 28:33–54 Doi:10.1146/annurev.publhealth.28.021406.144123.

GRACIE, R.; SILVA, A. S. de A.; BIGLER, C.; DOUGLASS-JAIMES, D.; CAMPOS, E. M.; WILLIAMSON, T. **Painel Unificador Covid-19 nas Favelas: metodologia para dar visibilidade a territórios periféricos.** In: *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde.* (2021). Org.: Freitas, Carlos Machado de; Barcellos, Christovam; Villela, Daniel Antunes Maciel. Série Informação para ação na Covid-19 | Editora Fiocruz, 418p. Rio de Janeiro, 2021. <https://doi.org/10.7476/9786557081211.0016>

LATAM JOURNALISM REVIEW. **Consórcio de veículos formado para divulgar dados da COVID-19 no Brasil se encerra com legado de colaboração e transparência.** LJM/Knight Center for Journalism in the Americas. Austin: fevereiro, 2023. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/consorcio-de-veiculos-formado-para-divulgar-dados-da-covid-19-no-brasil-se-encerra-com-legado-de-colaboracao-e-transparencia/>

LEANDRO, B. B. S. **Histórico das informações e registros em saúde.** In: *Informações e registros em saúde e seus usos no SUS.* Org.: Leandro, Bianca Borges da Silva; Rezende, Flavio Astolpho Vieira Souto; Pinto, José Mauro da Conceição. Editora FIOCRUZ: Rio Janeiro, 2020. 176p. <https://doi.org/10.7476/9786557080177>

MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M. **Desafios dos sistemas de saúde diante da pandemia: apresentação.** In: MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M., eds. *Políticas e sistemas de saúde em tempos de pandemia: nove países, muitas lições [online].* Rio de Janeiro, RJ: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2022, pp. 9-20. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-129-7. <https://doi.org/10.7476/9786557081594.0001>.

MEDEIROS, F. N. S.; MASSARANI, L. **Difundindo notícias ou pânico? A cobertura da gripe A (H1N1) no Jornal Nacional e no Fantástico.** In: LERNER, K. & SACRAMENTO, I (Orgs.) *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas [online]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. ISBN: 978-85-7541-585-6. DOI: 10.7476/9788575415856

MONITORA COVID-19. **Efeitos e dimensões do "apagão" de dados - Pílula 11**, de 11 de janeiro de 2022. MonitoraCovid-19/Icict/Fiocruz. Disponível em https://bigdatacovid19.icict.fiocruz.br/pilula_11.pdf (acessado em 08/04/2023).

RECUERO, R., SOARES, F. B., VINHAS, O., VOLCAN, T., ZAGO, G., STUMPF, E. M., VIEGAS, P., HUTTNER, L. G., BONOTO, C., SILVA, G., PASSOS, I., SALGUEIRO, I., & SODRÉ, G. **Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate.** In *Educação Contábil: tópicos de ensino e Pesquisa* (Vol. 1, Issue 1). MIDIARS, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/files/2021/05/Desinformac%CC%A7a%CC%83o-covid-midiars-2021-1.pdf>

RIBEIRO, A.; MARTINS, R. M.; LÁZARO JÚNIOR, J.; FREY, J. G. **Jornalismo de Dados: conceitos, rotas e estrutura produtiva.** Curitiba: InterSaberes, 2018. *Série Excelência em Jornalismo*, 346p.

SALDANHA, R. F.; XAVIER, D. R.; MAGALHÃES, M. A. F. M.; SOUZA JUNIOR, P. R. B.; PEDROSO, M. M.; BARCELLOS, C. **MonitoraCovid-19: informação e disseminação de indicadores em uma pesquisa multidisciplinar.** In *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde*. In: *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde*. (2021). Org.: Freitas, Carlos Machado de; Barcellos, Christovam; Villela, Daniel Antunes Maciel. Série Informação para ação na Covid-19 | Editora Fiocruz, 418p. Rio de Janeiro, 2021. <https://doi.org/10.7476/9786557081211.0015>

STEVANIM, L. F. MURTINHO, R. **Direito à Comunicação e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. 163p.

TELLES, M.; ASSUMPÇÃO, D. **Pesquisa Bibliográfica na Comunicação: a leitura do campo e sua problemática.** In: *Experiências metodológicas na comunicação* / Laura Wottrich (Coordenador), Nísia Martins do Rosário (Organizador). – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Livro em PDF. ISBN 978-65-5939-551-4. DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95514.

TORMIN, M.; LOPES, T.; PELUSO, E.; MEYER, N., & LINHARES, E. A. (n.d.). **Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil** (Pandemic and Constitutional Democracy Erosion: an Analysis of the Attacks to Transparency in Brazil). In *Assunto Especial RDP* (Vol. 17). <https://www.democratic-decay.org/covid-dem>

VAZ, P.; CARDOSO, J. M. Risco, sofrimento e política: a epidemia de dengue no Jornal Nacional em 2008. In: LERNER, K. & SACRAMENTO, I (Orgs.) *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas [online]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. ISBN: 978-85-7541-585-6. DOI: 10.7476/9788575415856

VENTURA, D. F. F.; REIS, R. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19.** In: *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 08/04/23.